

Atestado Covid-19 Perde Direito à Dedução das Contribuições Previdenciárias

Foi publicada no dia 21/07/2020 uma <u>Nota sobre o fim do direito de dedução tratado na Nota Orientativa nº 21/2020</u>.

O art. 5º da <u>Lei 13.982/2020</u> autorizava as empresas a deduzirem de suas contribuições devidas à Previdência Social, os valores pagos em relação aos 15 primeiros dias de salário do trabalhador afastado por enfermidade causada pelo Covid-19.

Entretanto, o <u>art. 6 º da Lei 13.982</u> de 02 de abril de 2020, limitava o direito a esta dedução pelo período de **três (3) meses**.

Significa dizer que, a partir de **02/07/2020**, o pagamento dos 15 primeiros dias de afastamento do empregado acometido com o Covid-19 é de responsabilidade do empregador (art. 43, § 2º da Lei 8.213/1991), não podendo mais ser deduzido das contribuições previdenciárias a recolher, como havia sido estabelecido pela <u>Nota Orientativa eSocial nº 21/2020</u>.

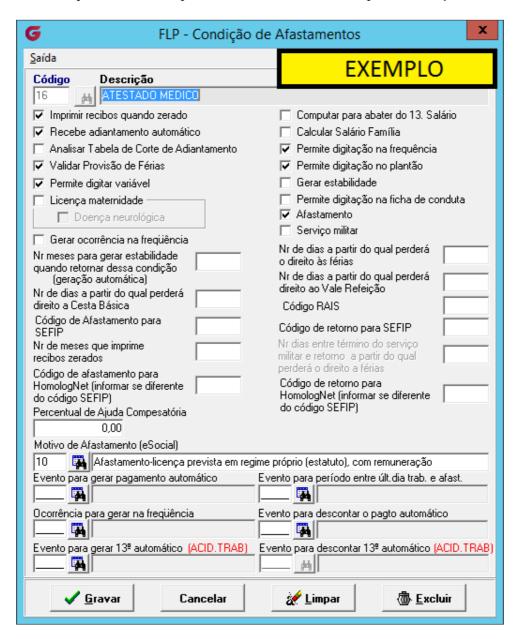
Links:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/receita-federal/nota-sobre-o-fim-do-direito-de-deducao-tratado-na-nota-orientativa-ndeg-21-2020



1) Utilizar a Condição de Afastamento do Atestado não Relacionada ao COVID-19

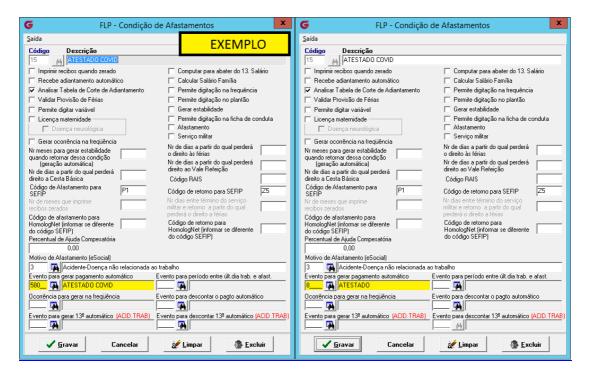
A empresa pode retornar a utilizar a condição de Afastamento por Atestado que já era utilizada anteriormente à possibilidade de dedução. Esta ocorrência já está prontamente parametrizada para não efetuar nenhum tipo de dedução.





2) Permanecer Utilizando a Condição de Afastamento do Atestado Relacionada ao COVID-19

Caso a empresa ainda deseje utilizar a mesma ocorrência criada para lançar os atestados da doença Covid-19, deverá retirar o evento que calcula automaticamente o atestado COVID-19 e associar o evento utilizado anterior à pandemia.



3) No cadastro de ocorrências de Atestado deverá substituir o evento utilizado para o justificar o Atestado COVID-19 pelo evento utilizando anterior à pandemia.